

**Rating****AA**

Forte capacidade para honrar seus compromissos fiscais e financeiros.

Data: 18/dez/2015  
Validade: 17/dez/2016

**Sobre o Rating:****Histórico: -**

Dez/15: Atribuição AA (Estável)  
Fev/13: Retirado  
Fev/12: Afirmação AA (Positiva)  
Dez/10: Atribuição AA (Estável)

**Observação: -****Analista responsável:**

Alex Agostini  
Tel.: 55 11 3377 0735  
alex.agostini@austin.com.br

Wellington Ramos  
Tel.: 55 11 3377 0733  
Wellington.ramos@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros  
Rua Leopoldo Couto Magalhães,  
110 – conj. 73  
São Paulo – SP  
CEP 04542-000  
Tel.: 55 11 3377 0707  
Fax: 55 11 3377 0739  
www.austin.com.br

**FUNDAMENTOS DO RATING**

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2015, atribuiu *rating* **AA** (forte capacidade para honrar seus compromissos fiscais e financeiros) de longo prazo, em escala nacional, para o Município de Santos. A perspectiva do *rating* é Estável.

A atribuição do *rating* fundamenta-se na metodologia de análise de entes públicos da Austin Rating, a qual atenta primordialmente para os fatores qualitativos (econômicos e sociais) e quantitativos (indicadores fiscais), com base na forte capacidade do Município em honrar seus compromissos financeiros, observando principalmente seu baixo nível de endividamento, geração de recorrentes superávits orçamentários e primários, importante participação na composição da economia do Estado (2,7% no PIB de 2012), ocupando a 5ª posição no *ranking* estadual e 14ª nacional. Maioria governista na Câmara dos Vereadores (90%), contribuindo para a aprovação de medidas encaminhadas pelo Executivo, bem como o cumprimento de todos os indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal com ampla margem, além da adoção de programas para aumento da eficiência na arrecadação fiscal e maior controle dos custos operacionais e gastos públicos, como a capacitação técnica dos servidores, que resulta em ganho de produtividade ao longo do tempo.

Outros fatores avaliados que ampararam a elevação do *rating* foram: (i) relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) em 10,09% em 2014 e 6,39% em 2011 (dados preliminares), fato que mantém ampla margem para endividamento, que possibilita alavancar as políticas voltadas ao desenvolvimento econômico da região; (ii) elevação significativa da arrecadação de IPTU e ITBI entre 2008 e 2014 (58,8% e 172,1%), respectivamente, refletindo o bom desenvolvimento econômico da região, com valorização da terra (terrenos e imóveis) e boom imobiliário pelo qual passou o município, fortalecendo a arrecadação futuras destes tributos; (iii) modernização nos processos de arrecadação tributária, com desenvolvimento de sistemas eletrônicos e estímulos à utilização de serviços on-line, reduzindo o nível de sonegação, fator que eleva o nível de eficiência na gestão fiscal do Município, além de sistemas de controle de processos que elevam o nível de excelência na gestão pública e reduzem os custos da administração; (iv) bom nível do IPM-QPM ICMS (1,071% – 2013 efetivo e 0,961% 2014 provisório) que, além de elevar o nível de transferências de recursos para o ano corrente, permite o bom equilíbrio das contas fiscais e revela o potencial econômico em curso no município, visto que 75% da composição do IPM decorre do desempenho do Valor Adicionado à produção; (v) bom nível de investimentos em relação a RCL, passando de 5,1% em 2010 para 10,5% em 2014 e 23,1% em 2015 de acordo com os dados preliminares do município; (vi) resultado previdenciário e projeção atuarial positivos, sem a necessidade de aportes adicionais por parte da prefeitura; (vii) nível baixo do passivo contingencial (precatórios) em relação à receita corrente líquida (0,3% em 2014); (viii) boa representatividade no comércio exterior, com saldos historicamente superavitários, respondendo por 7,3% das exportações do Estado de São Paulo e 4º colocado no ranking, com 2,0% das exportações totais do Brasil e 6ª colocação no ranking geral; (ix) boa infraestrutura básica, com o registro de bons índices, na comparação estadual e nacional, incluindo a 6ª posição no IDHM nacional e 3ª no ranking estadual; e (x) importante conexão logística pela proximidade com a capital, que permite usufruir da boa logística já instalada (aéreo e rodoviário), fator que reduz (mas não anula) a necessidade de realização de investimentos.

## **DISCLOSURE**

As informações utilizadas no processo de avaliação foram obtidas nas fontes primárias, como o IBGE, Secretaria do Tesouro Nacional e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), bem como as disponibilizadas nos balanços e demonstrativos orçamentários e financeiros pela Secretaria de Finanças do Ente avaliado.

As informações obtidas atenderam à metodologia de análise de entes públicos da Austin Rating, que contempla dados de 5.565 municípios e todos os Estados e Distrito Federal. Todas as informações solicitadas foram enviadas, as quais estão disponíveis no portal de internet da Prefeitura, e foram suficientes, em termos de qualidade e quantidade, para a realização da atribuição do *rating*, evidenciando bom nível de transparência.

A Austin Rating tomou como base para a análise as demonstrações financeiras auditadas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores, bem como informações gerenciais complementares detalhadas em *due diligence*, realizada com a Secretaria de Finanças do município e sua equipe.

O *rating* reflete a metodologia da Austin Rating, que considerou a austeridade fiscal espelhada no cumprimento e bons níveis de indicadores de endividamento exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal reportados. Ressalta-se também a boa qualidade na gestão do aparelho tributário e programas de controle de custos e gastos públicos.

As informações financeiras do município de Santos obtidas através do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) com periodicidade quadrimestral e bimestral, respectivamente, para o exercício de 2014 e que foram auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e pela Secretaria do Tesouro Nacional, além dos dados preliminares para o exercício de 2015, são consideradas por esta agência como fidedignas. Desse modo, a Austin Rating não utiliza procedimentos de auditoria para verificação das informações utilizadas. A análise considera a premissa de que as demonstrações financeiras apresentadas refletem devidamente a situação fiscal, financeira e patrimonial do Ente avaliado.

O *disclosure* para a Austin Rating foi considerado ótimo, com a presença de informações detalhadas para a avaliação da estratégia da política econômica local, da evolução da estrutura do setor produtivo nos últimos anos, da qualidade da execução orçamentária, da estrutura dos passivos contingenciais e o desempenho atual dos indicadores fiscais, econômicos e sociais do município.

## **Principais destaques**

- Cumprimento de todos os indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive com ampla margem em relação aos limites determinados;
- Baixo nível de endividamento apontado pela relação DCL/RCL (2014 = 10,09% contra limite da LRF de 120%), portanto, há espaço para endividamento, sem comprometer o equilíbrio fiscal no médio prazo;
- Despesas com pessoal abaixo do limite permitido (60% da RCL determinado pela LRF), com registro de 50,86% em 2014 (dado consolidado dos poderes Executivo e Legislativo) e 50,39% para 2015 (dado preliminar);
- Bons níveis de indicadores de investimentos em Saúde e Educação previstos na Constituição Federal, inclusive superando os limites mínimos na área de Educação (limite exigido 15%, índice realizado em 2014 foi de 28,06% e 25,66% para 2015 preliminar);
- Crescimento robusto das receitas tributárias (destaque para IPTU, ITBI e ISS) nos últimos anos, com média de 14,1% entre 2010 e 2013, e de 11,7% em 2014, denotando o aumento da atividade econômica no setor produtivo, bem como o desenvolvimento econômico da região, que reflete no padrão de vida da sociedade e potencial de arrecadação no médio e longo prazo;
- Bom nível do IPM-QP ICMS (1,071% em 2013 e 0,961 em 2014 provisoriamente), que resulta no aumento do nível de transferências de recursos ao município para o ano corrente;
- Recorrentes superávits primários e resultados orçamentários que refletem a autonomia do município em pagar suas

dívidas e formar poupança para amortizar o serviço da dívida (pagamento de juros). Em 2014, o resultado primário foi deficitário em R\$ 17,8 milhões (ou -1,0% da RCL), em virtude da forte expansão dos investimentos (+82,4% em 2014) e sendo o primeiro déficit desde a adoção da LRF, em 2000;

- Boa representatividade na economia estadual, ocupando a 5ª posição, em termos de PIB (base 2012), e em nível nacional na 14ª colocação;
- Baixo índice de analfabetismo (2,2%), além do 6º melhor IDH do País e 3º do Estado de São Paulo;
- Índice de pessoas com nível superior com idade acima de 25 anos em 27,8%, muito acima do índice médio do Estado de São Paulo com 8,6% e do Brasil com 5,5%;
- Bom nível do índice de pessoas ocupadas com grau superior completo da ordem de 32,7%, também muito acima da média do Estado de São Paulo com 10,5% e do Brasil com 7,0%;
- Boa representatividade no comércio exterior, sendo o 4º colocado no *ranking* do Estado de São Paulo em exportações e o 8ª colocação no *ranking* nacional, no resultado acumulado de janeiro a novembro de 2015;
- Investimentos da ordem de R\$ 424,4 milhões ou 23,1% da RCL, dados atualizados até o primeiro semestre de 2015 e estimados;
- Nível baixo do estoque de precatórios em relação à receita corrente líquida (0,3%) em 2014, forte redução em relação a 2013 (2,8%);
- O saldo de precatórios atingiu R\$ 225,75 milhões, em 2014, apresentando recuo de 0,2% em relação ao ano anterior, que encerrou o exercício com estoque de R\$ 226,17 milhões. O valor dos precatórios representou apenas 12,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2014, anotando recuo em relação ao ano anterior (13,9%);
- Restrição territorial para expansão da atividade produtiva pode elevar o valor da terra (terrenos e imóveis), incorrendo na evasão de empresas do município ou migração para cidades limítrofes.

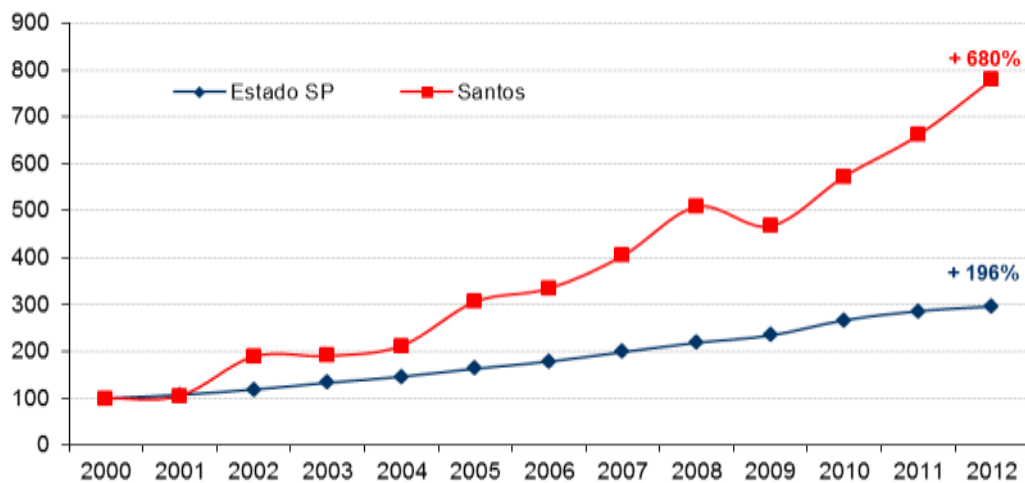
## 1. ASPECTO SÓCIOECONÔMICO

O Município de Santos possui área total de 280,3 km<sup>2</sup> e está a 72 km da cidade de São Paulo – um dos maiores centros econômicos do País. Com população de 419.400 habitantes (1,02% da população do Estado e apenas 0,22% do total do Brasil), de acordo com informações do censo de 2010 publicado pelo IBGE, o município possui elevado grau de urbanização com 99,93% e uma densidade populacional de 1.496,3 habitantes por quilômetro quadrado (razão entre o número de habitantes de um território e sua área).



O PIB *per capita* do município de Santos aparece entre as cidades com maior valor do País, ao registrar em 2012, último dado disponível até o momento, de R\$ 89,59 mil, situando o município em 7º colocação entre as cidades do Estado para este indicador e acima da média do Estado (R\$ 22,6 mil). Em relação ao ranking de 2011, quando o município ocupava a 15º, Santos avançou 8 posições. Em 2000, o PIB *per capita* do município de Santos foi de R\$ 11 mil e ocupava a 61º posição estadual. Enquanto este indicador para o estado de São Paulo apresentou taxas de crescimento ao ano de 9,5% na última década, o município de Santos avançou 15,2% ao ano.

**Evolução do PIB Per Capita**  
(Base: 100 = 1999)



Fonte: Seade/IBGE - Elaboração: Austin Asis

Entre os municípios limítrofes, apenas Cubatão apresenta PIB *per capita* próximo ao de Santos, com valores de R\$ 52,6 mil, para as demais sete cidades que compõe a baixada santista a média é de R\$ 14 mil. O município limítrofe de Santos com menor PIB *per capita* é São Vicente, com R\$ 11,4 mil. Os demais municípios são Bertiooga (R\$ 17,5 mil), Guarujá (R\$ 15,5 mil), Praia Grande (R\$ 15,3 mil), Peruíbe (R\$ 13,2 mil), Itanhaém (R\$12,8 mil), Mongaguá (R\$12,6 mil) e São Vicente (R\$11,4 mil).

Santos se destaca por estar classificado entre os municípios com os melhores indicadores sociais de todo o país, ocupando a 6ª posição no *ranking* nacional do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano – medido decenalmente), que é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade, entre outros fatores. Se comparado apenas com os municípios do Estado de São Paulo, o município ocupa a 3ª colocação, atrás apenas de São Caetano do Sul (0,862) e Águas de São Pedro (0,854).

O IDH de Santos referente ao ano 2010 (PNUD<sup>1</sup>) é de 0,840, sendo, portanto, seu nível de desenvolvimento considerado elevado, muito próximo ao observado em economias industrializadas chamadas de “primeiro mundo”. A forma de apuração do IDH é pela média ponderada entre indicadores de renda, longevidade e educação, e seu resultado varia numa escala de 0 (zero) a 1 (um), sendo que o maior índice atingido revela melhor situação. No IDH de Educação – IDH-E, o município de Santos também aparece na terceira posição, ficando atrás apenas de Águas de São Pedro (0,825) e São Caetano do Sul (0,811). Para este indicador o município de Santos tem índice de 0,807.

O município também se destaca no IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), calculado pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), ao ser classificado no grupo 1, o que significa que a cidade tem um elevado nível de riqueza e bom nível para os indicadores sociais, sobretudo na questão longevidade.

Em termos econômicos, o município de Santos ocupa a 5ª posição entre as maiores economias do Estado de São Paulo, a 14ª posição no Brasil, considerando todos os municípios, e a 33ª posição considerando Estados e municípios, com PIB calculado pelo IBGE em R\$ 37,7 bilhões para o ano de 2012, incluindo os impostos, conforme quadro a seguir, respondendo por 2,7% da economia do Estado e 0,9% da economia total do país. Todos os demais municípios pertencentes a microrregião de Santos possuem PIB inferior.

1 - PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O IDH varia de 0 a 1, sendo considerado: baixo estando no intervalo de 0 a 0,499; médio entre 0,500 a 0,799; elevado entre 0,800 a 0,899 e muito elevado quando superior a 0,900. O indicador de Santos é considerado elevado, o mesmo observado em países desenvolvidos.

O município com PIB mais elevado pertencente à região, e mais próximo ao de Santos, é o de Cubatão com R\$ 6,3 bilhões, seguido por Guarujá com R\$ 4,6 bilhões, Praia Grande com R\$ 4,1 bilhões, São Vicente R\$ 3,8 bilhões, Itanhaém R\$ 1,1 bilhão, Bertioga com R\$ 885,6 milhões, Peruíbe com R\$ 804,9 milhões e Mongaguá com R\$ 603,8 milhões.

**VALOR ADICIONADO (PIB) - DEZ MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2012**

(R\$ Milhões)

Municípios	Valor Adicionado <sup>(1)</sup>					Impostos	PIB <sup>(3)</sup>	PIB per Capita <sup>(4)</sup> (em reais)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		Total			
			Administração Pública	Total <sup>(2)</sup>				
- Total do Estado de São Paulo	21.841,8	288.624,4	109.740,3	844.706,9	1.155.173,1	253.730,8	1.408.903,9	33.593,3
1º São Paulo	20,4	73.654,7	29.768,4	332.969,8	406.645,0	92.730,4	499.375,4	43.885,3
2º Guarulhos	5,7	9.478,7	3.178,8	26.433,2	35.917,6	8.753,1	44.670,7	35.814,0
3º Campinas	49,1	7.040,7	3.027,1	24.146,7	31.236,4	11.529,6	42.766,0	38.844,0
4º Osasco	0,7	2.774,8	1.767,8	27.637,9	30.413,4	8.785,5	39.198,9	58.580,3
5º Santos	3,4	3.509,5	1.375,8	11.416,3	14.929,2	22.793,3	37.722,5	89.589,9
6º São Bernardo do Campo	4,4	9.928,1	2.106,6	17.299,3	27.231,8	6.953,5	34.185,3	44.085,7
7º Barueri	0,0	4.313,2	994,3	20.483,4	24.796,5	8.279,1	33.075,6	134.773,0
8º São José dos Campos	25,7	11.103,1	1.690,2	12.740,9	23.869,6	4.219,5	28.089,1	43.472,2
9º Jundiaí	41,7	6.401,5	1.087,6	13.252,9	19.696,1	4.016,6	23.712,6	62.715,6
10º Ribeirão Preto	78,3	2.798,8	1.668,2	14.963,6	17.840,6	2.460,2	20.300,8	32.688,5

(1) Dados sujeitos a revisão.

Fonte: Fundação Seade/IBGE.

## 1.1. Diferencial Competitivo

### 1.1.1. PIB e Valor Adicionado (2000-2012)

Santos apresenta economia apoiada principalmente no setor de serviços, especialmente por possuir o principal porto brasileiro, sendo também o mais movimentado porto de contêineres da América Latina. Contudo, o setor industrial apresenta incremento da participação no PIB nos últimos anos. Pela localização próxima do porto de Santos, empresas têm optado por se estabelecer no município, reduzindo custos e melhorando a logística de escoamento da produção.

O **setor de serviços** encerrou 2012 com participação de 76%, mantendo estável a participação observada no ano anterior, de 76,6%, porém, apresenta trajetória de redução observada desde 2000. O **setor industrial**, por sua vez, registrou participação de 23,5% em 2012, correspondendo a redução de 0,1 p.p. em relação a 2011. Em termos nominais o PIB industrial do município de Santos apresentou crescimento de 14,4% em 2012, passando de R\$ 3,06 bilhões, em 2011, para R\$ 3,5 bilhões no último ano analisado. A expressiva queda na participação do setor industrial após 2008 é, em grande parte, reflexo da crise financeira global que impactou fortemente o parque industrial nos anos seguintes.

Como já mencionado, o setor de serviços tem reduzido seu peso na composição do PIB do município, de maneira que em 2000 sua participação era de 83%, passando para os atuais 76,5%, já o setor industrial demonstrou aumento de seu peso na última década em cerca de 4 pontos percentuais. Enquanto o crescimento médio anual na última década do setor de serviços foi de 10%, o ritmo do avanço para o PIB industrial foi maior, 13%.

Já a colaboração do **setor da agropecuária**, não é relevante, uma vez que em 2012 sua contribuição para o PIB total foi de 0,02% ou R\$ 3,41 milhões. Apesar da baixa representatividade da agricultura no Produto Interno de Santos, cabe mencionar seu desempenho na última década, que tem apresentado crescimento médio anual de 5,9%.

Por fim, a **Administração Pública (AP)**, que compõe o setor de serviços, diminuiu sua participação na composição do PIB na passagem de 2011 (9,5%) para 2012 (9,2%). A redução da participação da AP é consequência da maior presença da iniciativa privada na formação do PIB em decorrência do desenvolvimento e crescimento econômico apurado no município na última década (o PIB cresceu 15,3% ao ano em termos nominais). O setor com maior crescimento no período foi a Indústria com 232,2% (média anual de 12,8%).

Ano	Valor Adicionado (VA) <sup>(1)</sup>				Total	Impostos	PIB <sup>(3)</sup>	PIB per Capita <sup>(4)</sup> (em reais)
	Agropecuária	Indústria	Serviços					
			Administração Pública	Total <sup>(2)</sup>				
2000	0,85	706,73	381,62	3.452,87	4.160,45	444,77	4.605,21	11.016,81
2001	1,19	601,98	489,60	3.981,44	4.584,61	474,21	5.058,82	12.100,23
2002	1,92	1.056,34	527,87	4.396,91	5.455,17	3.662,42	9.117,59	21.805,31
2003	2,18	1.582,48	537,82	4.862,14	6.446,81	2.722,89	9.169,69	21.926,83
2004	2,49	1.725,94	549,56	5.242,16	6.970,59	3.255,99	10.226,58	24.450,58
2005	2,70	1.702,02	665,46	6.039,13	7.743,85	7.027,82	14.771,67	35.312,23
2006	3,55	2.085,49	739,31	6.524,98	8.614,02	7.527,36	16.141,39	38.581,15
2007	3,41	2.868,95	867,77	7.255,88	10.128,24	9.378,43	19.506,67	46.634,54
2008	3,40	3.131,66	944,51	7.966,45	11.101,51	13.455,58	24.557,09	58.816,84
2009	3,67	2.610,76	1.065,58	8.266,72	10.881,15	11.664,99	22.546,13	54.054,76
2010	4,07	3.036,31	1.141,50	8.613,68	11.654,06	15.965,37	27.619,43	65.856,51
2011	3,61	3.068,28	1.251,35	10.058,97	13.130,86	18.782,45	31.913,31	75.943,92
2012	3,41	3.509,48	1.375,77	11.416,30	14.929,19	22.793,34	37.722,53	89.589,87

(1) Dados sujeitos a revisão.

Fonte: Fundação Seade/IBGE.

(2) Inclui o VA da Administração Pública.

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

### 1.1.2. Estabelecimentos Empresariais (2006-2014)

Em 2014, o número total de empresas no município de Santos atingiu 15.566 estabelecimentos, segundo dados do SEADE/DIEESE, representando crescimento de 0,5% sobre 2013, taxa inferior ao total do Estado de São Paulo (2,3%).

Com 15.566 empresas, o município de Santos responde por 1,50% do total das empresas do Estado de São Paulo, que encerrou 2014 com 1.035.246 estabelecimentos. É importante destacar que a participação da cidade em relação ao número de empresas no estado tem se reduzido nos últimos anos, fato que confronta com os dados de crescimento do PIB e, portanto, revelam o aumento do nível de produtividade na região.

O crescimento do número de empresas em Santos no período de 2006 a 2014 foi de 10,2% e ficou abaixo da taxa observada no Estado de São Paulo, de 33,2%, denotando a expansão em outras regiões do Estado, que pode ser motivada por incentivos fiscais.

Com novas empresas se instalando no município, com destaque também para seu entorno, Santos desponta como um dos múltiplos pólos econômicos do Estado, atraindo novos investimentos em Bens de Capital e capital humano, que são fatores imprescindíveis para evolução das atividades econômicas e desenvolvimento regional. Dessa forma, há fortalecimento das relações institucionais com novos vínculos comerciais, sejam de ordem econômica, por meio de parcerias, ou em forma de benefícios sociais advindos com o desenvolvimento.

### Perfil Empresarial - Número de Empresas em Santos

Ano	Comércio	Construção	Agropecuária	Serviços	Indústria	Total Santos	Total Estado de São Paulo	Part.% Santos / Estado SP
2006	4.341	312	104	8.822	550	14.129	777.000	1,8%
2007	4.377	315	87	8.948	538	14.265	803.651	1,8%
2008	4.407	338	82	9.098	551	14.476	842.152	1,7%
2009	4.453	362	62	9.275	571	14.723	873.117	1,7%
2010	4.586	401	73	9.500	544	15.104	914.515	1,7%
2011	nd	nd	nd	nd	nd	15.101	959.032	1,6%
2012	nd	nd	nd	nd	nd	15.274	980.129	1,6%
2013	nd	nd	nd	nd	nd	15.483	1.012.056	1,5%
2014	nd	nd	nd	nd	nd	15.566	1.035.246	1,5%
2014	nd	nd	nd	nd	nd	0,5%	2,3%	-0,03 p.p.

Fonte: Seade/Dieese

nd: não disponível

Elaboração: Austin Rating

O mercado de trabalho do município de Santos apresentou crescimento de 1,5% em 2014, com a criação adicional de 2,76 mil novos postos de trabalho. O crescimento do mercado de trabalho de Santos, em 2014, foi mais brando do que no Estado de São Paulo e o total do Brasil, que apresentaram incremento de 1,7% e 2,7%, respectivamente.

Entre 2009 e 2014, o mercado de trabalho do município apresentou expansão de 24,4% numa média anual de 4,5%, crescimento médio superior ao registrado pelo Estado (3,4%) e pelo País (4,1%).

O setor de Transporte, Alojamento e Correios foi o principal empregador com participação de 17,66% e 33,993 mil empregados, seguido pelo setor de Atividades Administrativas e Serviços Complementares com participação de 17,49% e 33,658 mil empregados.

### MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE SANTOS

#### ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS - CAGED/MTE

Setores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (*)	Var.% 2015/2014	Part.% 2015
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	28.815	32.065	31.218	32.310	32.824	32.835	31.856	-3,0%	17,3%
Transporte, Armazenagem e Correios	25.255	28.402	30.001	30.622	33.828	33.993	31.782	-6,5%	17,3%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	19.902	22.093	28.852	31.752	33.299	33.658	30.156	-10,4%	16,4%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	13.408	14.325	14.581	14.338	14.805	14.876	14.871	0,0%	8,1%
Outras Atividades de Serviços	15.332	16.468	15.452	14.130	13.120	13.952	13.978	0,2%	7,6%
Saúde Humana e Serviços Sociais	11.123	12.074	12.242	12.953	13.171	13.395	13.596	1,5%	7,4%
Educação, Artes, Cultura, Esporte e Recreação	10.136	10.527	11.212	11.673	11.029	11.693	12.324	5,4%	6,7%
Alojamento e Alimentação	7.908	8.073	9.066	9.314	9.568	9.646	9.263	-4,0%	5,0%
Construção	5.156	5.954	7.811	8.985	8.568	8.745	8.065	-7,8%	4,4%
Indústrias de Transformação	4.543	5.449	6.197	6.517	5.363	5.860	4.966	-15,3%	2,7%
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	3.376	3.750	4.412	4.982	5.155	4.784	4.741	-0,9%	2,6%
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	3.493	3.709	3.783	3.968	3.802	3.869	3.958	2,3%	2,2%
Informação e Comunicação	3.189	3.198	3.223	2.516	2.228	2.023	2.015	-0,4%	1,1%
Atividades Imobiliárias	825	871	872	940	855	838	834	-0,5%	0,5%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	813	850	865	839	833	926	805	-13,1%	0,4%
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura	413	346	354	382	386	388	456	17,5%	0,2%
Indústrias Extrativas	909	593	216	222	838	890	256	-71,2%	0,1%
Eletricidade e Gás	19	26	27	32	52	114	146	28,1%	0,1%
Serviços Domésticos	152	9	18	5	7	9	9	0,0%	0,0%
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	6	2	2	2	0	0	0	-	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>154.773</b>	<b>168.784</b>	<b>180.404</b>	<b>186.482</b>	<b>189.731</b>	<b>192.494</b>	<b>184.077</b>	<b>-4,4%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: Austin Rating

(\*) Dados acumulados até novembro

## 1.2. Comércio exterior

O comércio exterior de Santos encerrou o ano de 2014 com superávit de US\$ 3,3 bilhões, fruto de exportações de US\$ 4,364 bilhões e importações de US\$ 1,025 bilhão. Apesar do saldo positivo, o resultado da balança comercial do município apurou queda de 27,7% sobre o resultado de 2013, em decorrência da queda de 25,3% das exportações para US\$ 4,364 bilhões e 16,3% das importações para US\$ 1,025 bilhão.

As exportações de Santos responderam por 7,3% do total exportado pelo Estado de São Paulo e por 1,7% das exportações brasileiras em 2015 (acumulado de janeiro a novembro), taxas inferiores às verificadas em 2014 de 8,7% no Estado e de 2,0% no Brasil. A participação das importações também apresentou redução no Estado foi de 1,2%, em 2014, de janeiro a novembro, para 1,1% em 2015, no Brasil a participação ficou estável, em 0,4%.

A cidade ocupou a 4ª colocação no ranking estadual de exportações e a 6ª em âmbito nacional. Em relação a 2014 o município perdeu algumas posições ao passar da 2ª para 4ª colocação entre os municípios de São Paulo e da 6ª para 8ª entre municípios de todo Brasil. Já no ranking nacional de importações, a cidade ocupou a 55ª posição em 2014 e no ranking estadual ficou na 20ª posição. Dessa forma, o município de Santos passou de 19º em 2014 para 20º no rank Estadual e de 48º para 55º no rank nacional.

No último decênio, o município de Santos apresentou grande avanço nas suas transações externas, haja vista que, entre 2004 e 2014, as exportações cresceram 160% (média de 10% a.a.) e as importações avançaram aproximadamente 234% (média de 12,8% a.a.).

### BALANÇA COMERCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS

(US\$ Milhões)

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
2002	1.030	370	660	1.401
2003	1.427	331	1.096	1.757
2004	1.682	306	1.376	1.989
2005	2.379	282	2.098	2.661
2006	3.048	481	2.567	3.528
2007	3.176	643	2.532	3.819
2008	3.905	1.020	2.885	4.926
2009	3.514	684	2.830	4.199
2010	4.688	1.159	3.529	5.847
2011	5.218	1.699	3.520	6.917
2012	5.948	985	4.963	6.933
2013	5.845	1.223	4.622	7.069
2014	4.364	1.025	3.340	5.389
2015 <sup>(*)</sup>	2.999	687	2.313	3.686
<b>CAGR</b>	<b>17,6%</b>	<b>16,5%</b>	<b>18,2%</b>	<b>10,5%</b>

Fonte: MDIC/SECEX - Elaboração: Austin Rating

Notas:

(\*) janeiro a novembro

### 1.2.1. Principais Produtos

Em 2015, de janeiro a novembro, os setores de atividade que mais contribuíram para as exportações do município foram os Bens de Intermediários representando 60,2% do total, seguido pelo setor de Bens de Consumo com 21,1%, Combustíveis e Lubrificantes com 3,91% e Bens de Capital com apenas 0,04%. Entre os segmentos que compõe o setor de Bens intermediários, o destaque ficou a cargo de Alimentos e Bebidas destinados à indústria com participação de 45,9% e saldo exportado de US\$ 1,377 bilhão contra US\$ 1,316 bilhão em 2014, alta de 4,63%.



Entre os produtos mais exportados em 2015 (janeiro a novembro) estão Açúcares de cana com US\$ 770,6 milhões e participação de 25,7%, Soja mesmo triturada com US\$ 605,6 milhões e participação de 20,19% do total exportado pelo município. Os dez principais itens exportados por Santos em 2015, (janeiro a novembro), representam cerca de 98,5% sobre o valor total exportado pelo município. Em 2014, essa participação foi de 96,0%.

### **1.2.2. Principais Parceiros Comerciais**

#### **• Exportações**

Considerando as exportações do município, o principal parceiro em 2015 (janeiro a novembro) foi a China com US\$ 483,0 milhões, que representa 16,1% das vendas externas totais do município. A receita de Santos com exportações para China apresentou crescimento de 20,7% em 2015 (janeiro a novembro).

No segundo posto está os Estados Unidos com US\$ 303,4 e participação de 10,1%. Em relação ao ano anterior as exportações santistas aos Estados Unidos diminuíram 19,6%. Aos Emirados Árabes, 3º maior destino das exportações do município de Santos, foram exportados US\$ 202,9 milhões, representando queda de 21,0% em relação ao ano anterior.

No agregado das exportações de Santos por blocos econômicos, a Ásia é o principal parceiro com 28,9% do total das exportações com US\$ 867,2 bilhões, O Oriente Médio é o segundo com 15,5% e a União Europeia o terceiro com 14,98% de participação.

#### **• Importações**

A principal categoria de produtos importados é a de Bens Intermediários com US\$ 343,7 milhões e participação de 50,0% em 2015 (janeiro a novembro) contra 55,8% em 2014, no mesmo período; em seguida estão os Combustíveis e Lubrificantes com 40,3% em 2015 (janeiro a novembro) contra 37,8% do ano anterior, no mesmo período. A forte atividade portuária justifica a representatividade dos principais itens importados, que são produtos de consumo dos navios: combustíveis e lubrificantes, além de alimentos e bebidas.

O produto importado de maior expressão em 2015 (janeiro a novembro) foi o Óleo de petróleo ou de minerais betuminosos com US\$ 157,7 milhões e 22,9% de participação, seguido por Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos com US\$ 119,3 milhões e 17,4% e Trigo com US\$ 104,1 milhões e 15,1% de participação. Na quarta e quinta posições aparecem os álcoois acíclicos e seus derivados e compostos orgânicos com 10,4% (US\$ 71,6) e 6,35% (US\$ 43,6) no total das importações do município em 2015. Somente esses cinco produtos responderam por 72,3% das importações de Santos em 2015 (janeiro a novembro). A importação de gás está relacionada ao pólo petroquímico instalado na baixada santista, particularmente em Cubatão. Os dez principais produtos importados representam 87,9% em 2015 (janeiro a novembro) contra 88,9% em 2014, no mesmo período.

Entre os países dos quais o Município mais importou destacam-se o Estados Unidos com US\$ 245,6 milhões, representando 35,8% da pauta, seguida por a Argentina com US\$ 157,8 milhões e participação de 22,9% e em terceiro a China com US\$ 46,1 milhões e participação de 6,7%. No que diz respeito à evolução das importações entre 2014 e 2015, o destaque foi a China com crescimento de 119,2% estando na 3ª posição.

Entre os principais blocos econômicos que Santos importou, o destaque foi o Aladi com US\$ 204,9 milhões e participação de 29,8% do total, seguido pela União Europeia com US\$ 106,0 milhões e 15,4% de participação.

### **1.3. Infraestrutura**

Além da presença do maior porto da América Latina, a cidade de Santos é beneficiada pela boa localização geográfica, o que permite ter boa infraestrutura logística do País, com diversificada malha de transportes abrangendo rodovias, ferrovias e aeroportos, além da proximidade com a capital paulista (72 km de centro a centro) que permite a utilização dos principais aeroportos do interior paulista para escoamento da produção. A cidade não contempla aeroporto, mas está próxima aos principais aeroportos do Estado. A cidade de Santos está a 175 km do aeroporto Viracopos, em Campinas, a 70 km do aeroporto de Congonhas e a 90 km do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos.

Algumas das principais rodovias do Estado passam pela região, como a Rodovia Anchieta e a Rodovia dos Imigrantes, além da Rodovia BR-101, também conhecida como Rio-Santos, que faz a ligação com o Rio de Janeiro e o recente inaugurado trecho sul do Rodoanel Mário Covas com 61 km e que faz a ligação com as Rodovias Regis Bittencourt, que é a principal via de acesso à região sul do país, e a Rodovia Presidente Castelo Branco que faz a ligação com toda a região metropolitana e o oeste paulista.

O transporte ferroviário possui papel importante para a cidade, pois, apesar de ser apenas para o transporte de cargas, contribui para o escoamento da produção e reduz o tráfego rodoviário. A cidade possui dois acessos ferroviários de cargas, sendo um operado pela empresa MRS Logística e que faz a ligação com o ABC paulista, e o segundo acesso é operado pela concessionária Ferrobán que faz a ligação do interior paulista pelos municípios de Mairinque e Sorocaba e chega a Santos pelo bairro José Menino. Está em análise a realização de investimentos para obras de construção do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, que fará a ligação entre Santos e o município de São Vicente.

#### **1.4. Educação e Saúde**

O Município mantém nível de escolaridade acima dos observados no Estado de São Paulo e no Brasil, com 97,8% da população alfabetizada. Como destacado anteriormente, a classificação no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,840, o que o coloca na 6ª posição entre todos os municípios da federação. Tal colocação demonstra que Santos tem baixo nível de necessidade de melhorar os indicadores de renda, educação e longevidade, segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Na área da educação, o Município apresenta bons índices com 27,8% da população de 25 anos ou mais idade com grau superior completo, portanto, muito acima dos índices médios observados no Estado de São Paulo (8,6%) e no Brasil (5,5%). Já com relação ao percentual das pessoas empregadas com 18 anos ou mais idade, na cidade de Santos o indicador é de 32,7% contra média do Estado de São Paulo de 10,5% e do Brasil de apenas 7,0%.

Os indicadores de infraestrutura básica também revelam que há bons níveis de satisfação de investimentos nas residências, visto que a média de domicílios atendidos por abastecimento de água, coleta de lixo, tratamento de esgoto sanitário e fornecimento de energia elétrica atinge 98,8% do município, superando o nível registrado no Estado (95,7%) e país (92,5%).

O atual cenário da infraestrutura básica revela o baixo nível de necessidade de investimento, fato que permite ao Município concentrar esforços em projetos de investimentos relacionados a outras áreas tais como na capacitação da mão de obra, com ênfase na capacitação intelectual, e no desenvolvimento do setor produtivo que, no médio e longo prazo, desenvolverão a região. Tal situação contribui favoravelmente no processo de atribuição do *rating*, pois, a realização desses investimentos eleva o potencial de crescimento do Município no longo prazo e, portanto, preservando sua capacidade de pagamento.

**INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E DE INFRAESTRUTURA BÁSICA**

SETOR	INDICADOR	CIDADE DE SANTOS		ESTADO DE SÃO PAULO		BRASIL	
		Quantidade	Part.% / Total	Quantidade	Part.% / Total	Quantidade	Part.% / Total
ECONOMIA	PIB (R\$ bilhões) (Base: 2012)	37,7	-	1.408,9	-	4.392,1	-
	PIB Agropecuária (Part.%)	0,02%	-	1,9%	-	5,3%	-
	PIB Indústria (Part.%)	23,5%	-	25,0%	-	25,4%	-
	PIB Serviços (Part.%)	76,5%	-	73,1%	-	69,4%	-
	PIB per capita (R\$ mil) (Base: 2012)	89,6	-	33,6	-	16,9	-
	Participação no PIB do Estado	2,7%	-	-	-	-	-
	Participação no PIB do Brasil	0,9%	-	32,1%	-	-	-
	Exportações (US\$ milhões) (Base: 2015) <sup>(1)</sup>	2.999,5	-	41.193,3	-	174.351,1	-
	Participação nas Exportações do Estado	7,3%	-	-	-	-	-
	Participação nas Exportações do Brasil	1,7%	-	23,6%	-	-	-
	Importações (US\$ milhões) (Base: 2015) <sup>(1)</sup>	686,8	-	59.834,3	-	160.910,1	-
	Participação nas Importações do Estado	1,1%	-	-	-	-	-
	Participação nas Importações do Brasil	0,4%	-	37,2%	-	-	-
POPULAÇÃO	População residente (2010)	423.579	-	43.046.555	-	190.755.799	-
	Habitantes por domicílio permanente	2,9	-	3,4	-	3,3	-
	Natalidade infantil (por mil)	11,7	-	14,6	-	16,0	-
	Mortalidade infantil (por mil)	14,1	-	11,9	-	22,5	-
INFRAESTRUTURA	Total de domicílios permanentes	144.600	-	12.827.153	-	57.324.185	-
	Abastecimento de água	144.108	99,7%	12.491.082	97,4%	47.494.025	82,9%
	Esgoto sanitário	136.531	94,4%	11.454.648	89,3%	50.106.088	87,4%
	Iluminação elétrica	144.311	99,8%	12.175.412	94,9%	51.559.283	89,9%
	Telefone	133.177	92,1%	10.382.052	80,9%	37.973.938	66,2%
	Coleta de lixo	143.762	99,6%	11.993.827	98,9%	45.991.584	74,9%
	Grau de urbanização	-	99,9%	-	95,9%	-	84,4%
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais idade) (2010)	-	2,2%	-	4,8%	-	9,6%
	% de pessoas com 25 anos ou mais com superior completo	-	27,8%	-	8,6%	-	5,5%
	% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais	-	32,7%	-	10,5%	-	7,0%
	IDEB 2013 - Anos iniciais (4ª série / 5º ano)	5,6	-	6,1	-	5,2	-
	IDEB 2013 - Anos iniciais (8ª série / 9º ano)	4,1	-	4,7	-	4,2	-
SAÚDE	Estabelecimentos de Saúde	174	-	14.215	-	77.004	-
	Públicos	70	40,2%	5.850	41,2%	45.089	58,6%
	Privados	104	59,8%	8.365	58,8%	31.915	41,4%
SOCIAL	IDHM 2010 - Índice de Desenvolvimento Humano	0,840	-	0,783	-	0,727	-

Fonte: IBGE/PNAD, SEADE/DIEESE e PNUD-UNCTAD

Notas:

<sup>(1)</sup> Janeiro a Novembro

Elaboração: Austin Rating

## 2. RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

### 2.1. Sistema de governo

O sistema de governo usado no Brasil é o presidencialismo. O nível de poder mais alto é o do presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O sistema presidencialista é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil e considerado um dos mais modernos regimes de governo, onde a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) é amplamente divulgada.

O atual prefeito, Paulo Alexandre Barbosa, integra a legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e está à frente da prefeitura de Santos pelo primeiro mandato (gestão 2013/2016) e foi eleito em primeiro turno na última eleição de 2012 com 57,91% dos votos válidos, ou 144.827 votos, segundo a Secretaria de Comunicação Social.

A Câmara Municipal é composta por 21 vereadores eleitos para mandatos de quatro anos e a maioria compõe a base

governista com aproximadamente 90% de apoio, o que é um fator favorável, visto que restringe significativamente as chances de reprovação de projetos encaminhados pelo Poder Executivo Municipal.

### 3. CONTAS PÚBLICAS

#### 3.1. Servidores públicos municipais

O quadro de servidores públicos de Santos, relacionados à Administração Direta, encerrou o mês de novembro de 2015 com total de 15.896 servidores, dos quais 3.685 são inativos. Na comparação com o ano anterior, houve um crescimento 1,4% no quadro de pessoal, impulsionado pela expansão de 3,2% do total de servidores inativos e de 0,9% dos servidores ativos.

Nos últimos anos, o município de Santos apresentou crescimento contínuo em seu quadro de servidores, refletindo a necessidade de atender o maior volume de investimentos por parte da gestão pública nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, resultando em maior contratação de pessoal para as funcionalidades operacionais (vide quadro do orçamento para 2016).

A recente crise econômica que passa o País deverá refletir no quadro de servidores da prefeitura, com possibilidade de redução de pessoal, fato que contribui para uma melhor gestão financeira.

#### QUADRO DE SERVIDORES DA PREFEITURA DE SANTOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SERVIDORES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (*)
Ativos 1/	9.119	10.149	10.550	10.972	11.603	11.252	11.714	11.925	11.952	12.032	12.102	12.211
Inativos	2.646	2.659	2.646	2.683	2.719	2.845	3.023	3.151	3.286	3.359	3.571	3.685
<b>Total</b>	<b>11.765</b>	<b>12.808</b>	<b>13.196</b>	<b>13.655</b>	<b>14.322</b>	<b>14.097</b>	<b>14.737</b>	<b>15.076</b>	<b>15.238</b>	<b>15.391</b>	<b>15.673</b>	<b>15.896</b>
<b>Var.%ano</b>	-	8,9%	3,0%	3,5%	4,9%	-1,6%	4,5%	2,3%	1,1%	1,0%	1,8%	1,4%

Fonte: Secretaria de Finanças de Santos

Elaboração: Austin Rating

1/ Inclui: Estatutários, Celetistas e Lei 650/90.

(\*) Dados até novembro

#### 3.2. Orçamento municipal de 2016

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Santos estima receita bruta e fixa despesas para o exercício financeiro de 2016 no valor de R\$ 2.550.764.000,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta milhões, setecentos e sessenta e quatro mil reais), incluídas as Receitas e Despesas das Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Município. Esse valor registra um crescimento nominal de 1,4% em relação a 2015 (R\$ 2.515.814.000,00). Entre 2012 e 2016, o orçamento estimado deverá crescer 47,0%, com média de 10,1% ao ano. Portanto, o valor para 2016, mesmo diante do cenário econômico negativo, pode ser considerado relativamente conservador.

As receitas correntes respondem por 91,3% das receitas brutas da administração direta (R\$ 2.244,9 bilhões), sendo que as receitas tributárias representam 46,4% das receitas correntes, enquanto as transferências correntes (FPM, ICMS, IPVA, etc.) representam 38,5%. Com menor vigor na atividade econômica, a Prefeitura terá que ter maior rigor fiscal para preservar o aumento das receitas tributárias e, com isso, manter o bom nível de autonomia financeira.

As receitas da administração indireta, por sua vez, responderam por 18,5% das receitas totais brutas, com destaque para o orçamento de R\$ 359,2 milhões do IPREVSANTOS – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Santos.

As despesas líquidas totais foram fixadas em R\$ 2.128,4 bilhões, sendo que a administração responde por 83,7% e a administração indireta por 16,3%. Além do orçamento para Educação e Saúde, que são vinculações constitucionais e somaram a cifra de R\$ 1,02 bilhão, a maior despesa orçada por órgão foi para a Secretaria de Serviços Públicos com R\$ 272,8 milhões (12,8% das despesas) e para a Secretaria de Infraestrutura e Edificações com R\$ 229,9 milhões (10,8% das despesas do orçamento).

**MUNICÍPIO DE SANTOS**  
**QUADRO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO**  
- ORÇAMENTO 2016 -

RECEITAS			DESPESAS		
	R\$ milhões	Part. %		R\$ milhões	Part. %
<b>1. Receita Bruta da Adm. Direta (a+b+c)</b>	<b>2.135,3</b>	<b>83,7%</b>	<b>1. Despesa da Adm. Direta (a+b)</b>	<b>2.128,4</b>	<b>83,4%</b>
<b>a. Receitas Correntes</b>	<b>2.049,4</b>	<b>96,0%</b>	Legislativo	83,7	3,9%
Receitas Tributárias	1.041,7	50,8%	Executivo	21,8	1,0%
Receita de Contribuições	18,0	0,9%	Secr. de Desenv. Econômico e Inovação	11,0	0,5%
Receita Patrimonial	43,1	2,1%	Secretaria de Finanças	76,9	3,6%
Receita de Serviços	0,0	0,0%	Secretaria de Gestão	143,8	6,8%
Transferências Correntes	864,5	42,2%	Secretaria de Educação	510,2	24,0%
Outras Receitas Correntes	82,2	4,0%	Secretaria de Saúde	504,9	23,7%
<b>b. Receitas de Capital</b>	<b>195,4</b>	<b>9,2%</b>	Secretaria de Assistência Social	54,4	2,6%
Operações de Crédito	54,0	27,6%	Secretaria de Infraestrutura e Edificações	229,9	10,8%
Alienação de Bens	0,0	0,0%	Secretaria de Turismo	9,0	0,4%
Transferências de Capital	141,4	72,4%	Secretaria de Esportes	22,2	1,0%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0%	Secretaria de Cultura	33,1	1,6%
<b>c. Deduções da Receita</b>	<b>-109,6</b>	<b>-5,1%</b>	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	7,6	0,4%
<b>2. Receita Bruta da Adm. Indireta</b>	<b>415,4</b>	<b>16,3%</b>	Secretaria de Comunicação e Resultados	24,8	1,2%
CAPEP-Saúde	56,1	13,5%	Secretaria de Meio Ambiente	24,7	1,2%
Fundação Arq. e Memória de Santos	0,0	0,0%	Procuradoria Geral do Município	45,7	2,1%
Fundação Pró-Esporte de Santos	0,1	0,0%	Ouvidoria Pública Municipal	1,3	0,1%
lprev - Inst. de Previdência Serv. Púb.	359,2	86,5%	Secretaria de Defesa da Cidadania	6,6	0,3%
Fundação Pq. Tecnológico de Santos	0,0	0,0%	Secretaria de Segurança	41,7	2,0%
			Secretaria de Assuntos Portuários e Marít.	2,2	0,1%
			Secretaria de Serviços Públicos	272,8	12,8%
			<b>2. Despesa da Adm. Indireta</b>	<b>422,4</b>	<b>16,6%</b>
			CAPEP-Saúde	56,1	13,3%
			Fundação Arq. e Memória de Santos	2,3	0,5%
			Fundação Pró-Esporte de Santos	3,9	0,9%
			lprev - Inst. de Previdência Serv. Púb.	359,2	85,0%
			Fundação Pq. Tecnológico de Santos	0,9	0,2%
<b>TOTAL RECEITAS BRUTAS (1+3)</b>	<b>2.550,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>TOTAL DESPESAS (1+2)</b>	<b>2.550,8</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria de Finanças de Santos - PMS - LOA 2016

Elaboração: Austin Rating

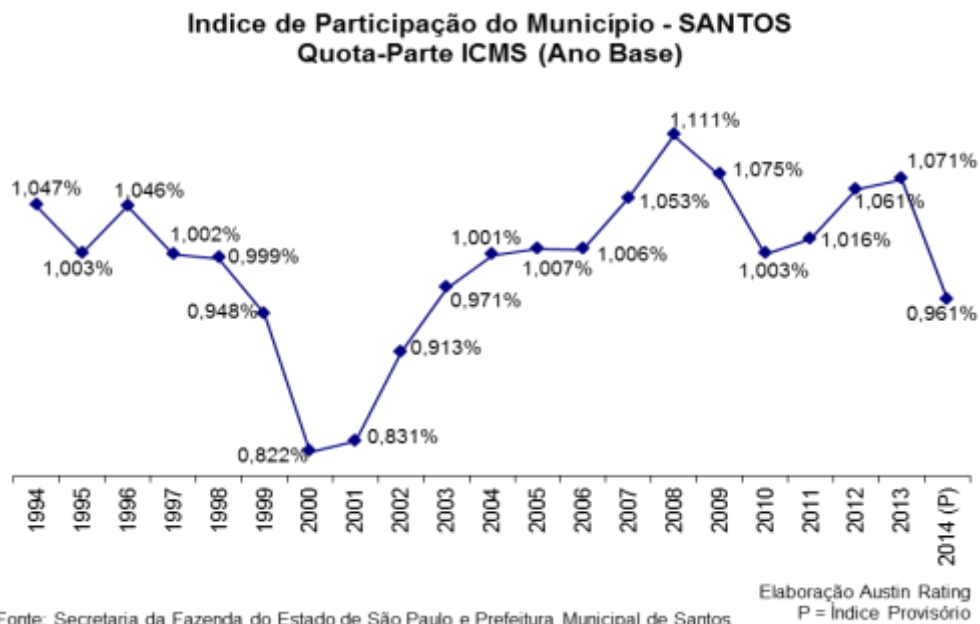
### 3.3. Capacidade de arrecadação

O Município possui bom nível de autonomia quanto à sua capacidade de arrecadação, uma vez que, de acordo com os dados acumulados até o primeiro semestre de 2015 e as previsões atualizadas de receitas e despesas, ao menos 51,2% se referem às Receitas Próprias. As principais fontes próprias de arrecadação são o ISS (44%) e IPTU (33,2%), que juntos representaram 77,2% do total das receitas tributárias e 38,9% das receitas correntes em 2014, melhorando seu nível em relação aos anos anteriores, mesmo que de forma moderada (2011 = 33,8%; 2012 = 38,4%; 2013 = 38,5%). A ampliação da participação das receitas tributárias em relação às receitas correntes reflete a menor dependência do município quanto às transferências intergovernamentais (Estadual e Federal).

As transferências correntes de maior expressão são provenientes do Estado. Até o 3º bimestre de 2015, último dado disponível no Portal da Transparência do Município, a cidade recebeu em transferências a cifra de R\$ 374,55 milhões representando 98,8% do total das transferências.

Boa parte dessa transferência decorre do índice de participação do município (IPM), que em 2014 deve recuar e ficar em 0,961%, um pouco menor que o índice apurado em 2013 (1,071%) e que foi o terceiro melhor da história.

Mesmo com queda esperada para 2014, pois trata-se de um dado provisório, como o município de Santos passa por um bom momento econômico, a despeito da crise nacional, e visto que o IPM é determinado, em grande parte (75%), pelo Valor Adicionado (VA) gerado pelo município, como destacado anteriormente e observado no gráfico a seguir, a receita de transferências não deve ser afetada de forma significativa que possa comprometer seu equilíbrio fiscal.



É importante destacar que a definição da transferência de recursos do ICMS arrecadado pelo Estado para os municípios é realizada conforme os coeficientes determinados para cada cidade e um dos pontos determinantes é o tamanho do PIB do município que, nesse caso, é favorável para Santos, visto que em 2012 a cidade ocupava a 5ª colocação no *ranking* estadual e a 14ª no *ranking* nacional (último dado disponível pelo IBGE), com participação no PIB de 2,7% e 0,9%, respectivamente.

O índice é calculado a partir das seguintes variáveis e pesos:

**I** – 75% com base na relação percentual entre o valor adicionado em cada município e o valor total do Estado nos dois exercícios anteriores ao da apuração;

**II** – 13% com base no percentual entre a população de cada município e a população total do Estado, de acordo com o último recenseamento geral realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

**III** – 5% com base no percentual entre o valor da receita tributária própria de cada município e a soma da receita tributária própria de todos os municípios paulistas;

**IV** – 3% com base no percentual entre a área cultivada de cada município, no ano anterior ao da apuração, e a área cultivada total do Estado levantada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

**V** – 0,5% com base no percentual entre a área total, no Estado, dos reservatórios de água destinados à geração de energia elétrica e a área desses reservatórios no município, existentes no exercício anterior, levantadas pela Secretaria de Energia;

**VI** – 0,5% em função de espaços territoriais especialmente protegidos existentes em cada município e no Estado, observados os critérios estabelecidos na Lei;

**VII** – 2% com base no resultado da divisão do valor correspondente a esse percentual pelo número de municípios do Estado existentes em 31 de dezembro do ano anterior ao da apuração.

## **4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **4.1. Resultado orçamentário**

O Município de Santos apurou em 2014 a cifra de R\$ 2,15 bilhões em Receitas Totais, com crescimento de 9,6% sobre o resultado de 2013 (R\$ 1,96 bilhão). Para 2015, considerando dados acumulados até o primeiro semestre e as estimativas para o restante do ano, as Receitas Totais devem atingir R\$ 2,39 bilhões, com crescimento de 11% sobre 2014, isso considerando que o País deverá anotar recessão no PIB.

O resultado de 2015 deverá ser composto por R\$ 1,91 bilhão Receitas Correntes, respondendo pela maior parcela com 80,1%, valor inferior ao de 2014 que foi de 85,2%. Já as receitas tributárias deverão responder 51,2% das receitas correntes e superior a fatia anotada em 2014 (50,4%). As transferências correntes, por seu turno, deverão responder em 2015 por 39,5% contra 42,8%, e as demais receitas responderão por 9,3%.

Em 2014, as Despesas Totais empenhadas, por sua vez, atingiram R\$ 2,15 bilhões, com crescimento de 13% sobre 2013 (R\$ 1,9 bilhão), e devem crescer novamente em 2015 para R\$ 2,46 bilhões com expansão de 14,4%. As Despesas Correntes foram de R\$ 1,677 bilhão em 2014 com alta de 9,2%, mas devem desacelerar o ritmo de expansão para 3,1% em 2015 e atingir a cifra de R\$ 1,73 bilhão. As Despesas de Capital foram de R\$ 208,4 milhões em 2014, com alta de 64,6% sobre 2013 e, para 2015, deverá se elevar ainda mais e atingir R\$ 448,2 milhões com alta de 115%. Esse forte crescimento das despesas de capital se deve ao aumento dos investimentos, que saltou de R\$ 103,2 milhões em 2013 para R\$ 188,2 milhões em 2014 e para R\$ 424,4 milhões em 2015, um crescimento de 311% em dois anos.

Com os resultados de Receitas e Despesas supracitados, em 2014 houve registro de superávit orçamentário da ordem de R\$ 7,4 milhões, muito inferior ao saldo obtido em 2013, quando a cifra foi de R\$ 64,9 milhões, recuo de 88,6%, mas ainda preservando seu equilíbrio fiscal. Porém, para 2015, em virtude da forte elevação dos investimentos, estima-se um resultado orçamentário da ordem de R\$ 65,7 milhões.

#### **4.1.1. Receitas**

Entre os componentes da Receita Total, o destaque ficou a cargo da Receita Tributária com cifra de R\$ 852,4 milhões em 2014, alta de 11,9% sobre o valor de 2013 (R\$ 761,5 milhões), com aumento médio de 18,8% nas rubricas: IPTU, ISS, IRRF e ITBI. Para 2015, as estimativas para receita tributária é de apenas 6% de aumento com valor de R\$ 980 milhões.

No conjunto das Receitas Correntes, um dos destaques nesse grupo foi o ITBI com crescimento de 24,6% e atingiu R\$ 71,1 milhões refletindo o bom nível da atividade imobiliária na região. As receitas com IPTU, de igual modo, apresentaram bom resultado em 2014, com avanço de 15,9% e R\$ 306,3 milhões em arrecadação.

Cabe destacar que a evolução significativa dessas duas fontes tributárias (IPTU e ISS) revela maior vigor da atividade econômica na região, pois o desenvolvimento econômico tem valorizado os imóveis, bem como maior volume de transação de bens com impacto no ITBI, e reflete a mudança do padrão de renda da sociedade local.

Tais fatores contribuem positivamente na classificação do *rating*, visto que melhoram a qualidade de vida e padrão de consumo no médio prazo que, por sua vez, será revertido em maior nível de receitas ao município no longo prazo.

#### **4.1.2. Despesas empenhadas**

De acordo dados preliminares das finanças do município de Santos, as despesas totais empenhadas em 2014 atingiram a cifra de R\$ 2,146 bilhões e cresceram 13% sobre o volume de 2013 (R\$ 1,899 bilhão). Do total das despesas empenhadas, as despesas correntes responderam por 78,2% enquanto as despesas de capital responderam por 9,7%.

Em 2014, o destaque nas despesas, em termos de crescimento percentual, ficou a cargo das despesas com investimentos que apresentaram expansão 82,4% frente o ano anterior, porém essa rubrica representa apenas 8,8% do total das despesas empenhadas.

Já a despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi mais determinante por representar 55,9% das despesas correntes e 43,7% das despesas totais, além de ter apresentado crescimento de 8,2% em 2014. O aumento nas despesas da rubrica

Pessoal e Encargos Sociais (consolidado dos poderes Executivo e Legislativo), na comparação relativa sobre a Receita Corrente Líquida, que é importante indicador de desempenho da LRF, foi registrada ligeira elevação passando de 50,68% em 2013 para 50,86% em 2014, portanto, ainda distante do limite de 60% determinado pela LRF.

Os Investimentos têm apresentado crescimento vigoroso nos últimos anos em virtude das obras de infraestrutura na cidade (ex: Santos Novos Tempos). Em 2014, os investimentos avançaram 82,4% e atingiram a cifra de R\$ 188,2 milhões contra R\$ 103,2 milhões apurados em 2013. Para 2015, a estimativa atualizada a partir de dados consolidados do primeiro semestre indica valor de R\$ 424,4 milhões com crescimento de 125,5% sobre 2014.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO DE SANTOS

#### RECEITA E DESPESA - EMPENHADAS

valores a preços correntes (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (p)
<b>RECEITAS TOTAL</b>	<b>1.195,1</b>	<b>1.401,4</b>	<b>1.545,9</b>	<b>1.733,6</b>	<b>1.765,5</b>	<b>1.963,7</b>	<b>2.153,0</b>	<b>2.389,6</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.063,1</b>	<b>1.238,5</b>	<b>1.369,0</b>	<b>1.526,2</b>	<b>1.513,0</b>	<b>1.693,2</b>	<b>1.834,0</b>	<b>1.914,2</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	467,5	489,8	531,9	620,5	740,3	827,0	923,5	979,7
IMPOSTOS	449,0	471,6	511,1	595,2	678,9	761,5	852,4	903,4
IPTU	192,9	200,4	200,5	213,9	239,2	264,2	306,3	-
ISS	201,8	217,0	248,0	301,5	342,4	387,6	406,7	-
ITBI	26,1	24,7	33,4	45,6	51,5	57,0	71,1	-
IRRF	28,2	29,5	29,1	34,2	45,7	52,7	68,4	-
TAXAS	18,5	18,2	20,8	25,3	61,5	65,5	71,0	76,3
RECEITA DIVERSAS	16,0	20,1	26,0	21,6	5,9	9,5	4,5	5,0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	100,4	185,9	203,2	232,3	68,4	80,1	87,9	103,2
RECEITA PATRIMONIAL	16,9	28,8	34,6	47,2	90,8	21,7	61,5	117,5
RECEITA DE DÍVIDA ATIVA	37,0	67,4	68,0	40,1	41,2	56,7	43,8	52,6
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	469,2	501,5	574,1	623,1	667,9	735,9	784,6	756,0
(-) CONTAS REDUTORAS (QP-ICMS, FPM, IPI Exp.)	-50,7	-62,4	-74,5	-118,5	-130,1	-151,3	-159,8	-167,8
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6,9	7,4	5,7	59,9	28,5	113,6	88,1	68,0
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>82,7</b>	<b>20,9</b>	<b>21,3</b>	<b>27,8</b>	<b>38,5</b>	<b>35,2</b>	<b>54,4</b>	<b>196,1</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	82,7	20,9	21,3	27,8	38,5	35,2	54,4	196,1
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>49,3</b>	<b>142,1</b>	<b>155,6</b>	<b>179,7</b>	<b>214,1</b>	<b>235,3</b>	<b>264,7</b>	<b>279,4</b>
<b>DESPESAS TOTAL</b>	<b>1.108,2</b>	<b>1.343,9</b>	<b>1.452,6</b>	<b>1.485,6</b>	<b>1.734,8</b>	<b>1.898,8</b>	<b>2.145,6</b>	<b>2.455,3</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>935,4</b>	<b>1.098,0</b>	<b>1.200,7</b>	<b>1.193,2</b>	<b>1.360,6</b>	<b>1.536,3</b>	<b>1.677,3</b>	<b>1.729,9</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	403,1	515,6	579,3	642,8	759,7	866,8	937,4	978,8
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,5	0,8	0,7	1,2	2,1	2,3	2,8	4,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	531,8	581,7	620,8	549,2	598,8	667,2	737,1	746,7
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>113,3</b>	<b>103,2</b>	<b>96,4</b>	<b>112,3</b>	<b>159,2</b>	<b>126,6</b>	<b>208,4</b>	<b>448,2</b>
INVESTIMENTOS	74,5	76,3	60,0	75,8	128,8	103,2	188,2	424,4
INVERSÕES FINANCEIRAS	19,0	9,0	11,2	14,9	7,5	7,1	7,9	5,8
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	19,8	16,2	25,1	21,7	22,9	16,3	12,2	17,9
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>59,5</b>	<b>142,7</b>	<b>155,5</b>	<b>180,0</b>	<b>214,9</b>	<b>235,8</b>	<b>259,9</b>	<b>277,2</b>
<b>(+) SUPERÁVIT / (-) DÉFICIT = (Receita - Despesa)</b>	<b>86,9</b>	<b>57,5</b>	<b>93,3</b>	<b>248,0</b>	<b>30,8</b>	<b>64,9</b>	<b>7,4</b>	<b>-65,7</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (% da RCL)</b>	<b>7,9%</b>	<b>3,7%</b>	<b>6,7%</b>	<b>4,0%</b>	<b>1,1%</b>	<b>3,8%</b>	<b>-1,0%</b>	<b>-4,3%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>76,6</b>	<b>39,2</b>	<b>78,6</b>	<b>53,1</b>	<b>16,7</b>	<b>61,8</b>	<b>-17,8</b>	<b>-79,0</b>

Fonte: Secretaria de Finanças de Santos

(P) Previsão realizada pela Secretaria de Finanças de Santos

Elaboração: Austin Rating

## 4.2. Resultado Primário

Em 2014, o município de Santos apresentou déficit de R\$ 17,8 milhões no resultado primário contra superávit de R\$ 61,8 milhões apurados em 2013. Desde a adoção da LRF, em 2001, esse foi o primeiro resultado negativo. Porém, é importante destacar que sua origem é os investimentos que a cidade vem realizando para melhorar sua infraestrutura e, portanto, resultará em menor necessidade de desenhos financeiros no futuro preservando seu equilíbrio fiscal.

O resultado primário superavitário revela o grau de autonomia do Município para, utilizando-se de suas receitas próprias,



efetuar o pagamento de suas despesas sem a dependência da realização de poupanças externas. Portanto, se o resultado primário for superavitário, isso significa que o Município, com suas receitas próprias, pagou as contas e ainda gerou poupança para amortizar o serviço da dívida (pagamento de juros), melhorando seu nível de solvência. No caso atual de déficit, isso significa que o município reduziu sua poupança em prol do desenvolvimento local por meio de investimentos, como detalhado na tabela sobre a Execução Orçamentária.

### RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E PRIMÁRIO

ITENS	R\$ milhões correntes								Var.% anual 2015/2014
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (p)	
RECEITAS REALIZADAS	1.195,1	1.401,4	1.545,9	1.733,6	1.765,5	1.963,7	2.153,0	2.389,6	11,0%
DESPESAS EMPENHADAS	1.108,2	1.343,9	1.452,6	1.485,6	1.734,8	1.898,8	2.145,6	2.455,3	14,4%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	86,9	57,5	93,3	248,0	30,8	64,9	7,4	-65,7	-
RESULTADO PRIMÁRIO	76,6	39,2	78,6	53,1	16,7	61,8	-17,8	-79,0	-
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RECEITAS	7,3%	4,1%	6,0%	14,3%	1,7%	3,3%	0,3%	-2,7%	-

Fonte: Secretaria de Finanças de Santos

Elaboração: Austin Rating

(P) Previsão realizada pela Secretaria de Finanças de Santos

## 5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, obrigando-se o gestor a agir com transparência e de forma planejada mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o controle como premissas básicas.

O Art. 42 da LRF reforça o rigor na gestão fiscal: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

<b>RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF</b>	
<p style="text-align: center;"><b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO</b></p> <p>Esses relatórios são de responsabilidade do Poder Executivo e devem ser publicados a cada dois meses.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Relatório de Gestão Fiscal – RGF</b></p> <p>Esses relatórios são de responsabilidade de cada Poder e órgão (Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público) e devem ser publicados a cada quatro meses.</p>
Tipo de Despesa	Limite
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<p><b>Despesa total com pessoal do Poder Executivo em relação à RCL</b></p> <p><b>Limite Prudencial:</b> até <b>51,30%</b> da RCL</p> <p><b>Limite Máximo:</b> até <b>54,00%</b> da RCL</p>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<p><b>Despesa total com pessoal Consolidado em relação à RCL</b></p> <p><b>Limite Prudencial:</b> até <b>57,0%</b> da RCL</p> <p><b>Limite Máximo:</b> até <b>60,0%</b> da RCL</p>
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>120 % da RCL</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<p><b>Operações de Crédito Internas e Externas: 16,0%</b> da RCL</p> <p><b>Operações de Crédito por Antecipação da Receita: 7,0%</b> da RCL</p>

### **5.1. Indicadores Fiscais de desempenho da LRF**

Desde a promulgação da LRF, em maio de 2000, os municípios são obrigados a publicar os relatórios de acompanhamentos das despesas e receitas como, por exemplo, o Relatório de Gestão Fiscal, para dar maior transparência e solidez ao processo de ajuste fiscal dos entes públicos.

De forma a melhorar os mecanismos de transparência, a Prefeitura de Santos disponibiliza os relatórios determinados pela LRF em seu portal da internet. É possível, por exemplo, obter os relatórios fiscais desde 2005, até o último período disponível de cada relatório, sendo possível obter de forma rápida o histórico dos relatórios desde a adoção da LRF, fato que colabora para uma avaliação consistente sobre o desempenho das contas fiscais nos últimos anos e denota o bom nível de transparência para os municípios.

O Município tem cumprido com folga todas as metas previstas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No quadro de desempenho dos indicadores da LRF do município de Santos, o limite de 120% (ou inferior) da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre Receita Corrente Líquida (RCL), não apenas é respeitado em todos os anos, de 2001 a 2015, bem como houve redução expressiva nos últimos anos, passando de 33,86% em 2003 para 6,39% em 2015. Ou seja, hoje o Município mantém excelente potencial para endividamento, sem ter que se preocupar com o cumprimento deste indicador da LRF nas questões que tangem sanções ou punições originadas por um desequilíbrio da relação DCL/RCL. Na análise do desempenho entre 2001 e 2015, utilizando a média anual como parâmetro, a relação DCL/RCL ficou em 16,46%, sendo que esse valor recua para 6,81% se considerarmos o triênio do atual governo (2013-2015).

Novamente este fato revela que o município detém boa capacidade para endividamento sem comprometimento do equilíbrio fiscal, podendo, portanto, direcionar gastos para investimentos com o objetivo de desenvolver a economia local como, por exemplo, infraestrutura ao setor produtivo.

O Município tem situação de adimplente junto aos órgãos certificadores (ex.: Receita Federal, INSS, FGTS, Previdência Social, etc.) que emitem certidões de regularidade importantes para a aquisição de financiamentos, transferências voluntárias e constitucionais, além da celebração de convênios. O êxito obtido se estende aos demais dispositivos determinados pela LRF, fator que reforça a capacidade municipal de cumprimento de objetivos referentes ao seu equilíbrio fiscal.

A média de aplicação dos recursos na área da saúde no período 2001-2015 foi de 18,01%, ficando acima do mínimo determinado (15%). Quanto aos recursos à Educação, o índice médio aplicado no período 2001-2015 foi de 25,86% da base de impostos arrecadados e transferidos, também ficando bem acima do limite mínimo exigido (25%). Em 2014, o índice aplicado na saúde foi de 18,94% e na educação de 28,06%, cumprindo com folga os limites exigidos na LRF.

É importante destacar que os investimentos nessas duas áreas (Educação e Saúde) garantem crescimento mais robusto e desenvolvimento com maior qualidade no longo prazo, garantindo à região melhores condições para a gestão das finanças públicas.

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais, por sua vez, é um dos mais importantes indicadores de desempenho da LRF. Os números sobre Santos revelam que o município tem sido austero ao cumprir o limite de 60%, bem como em manter um nível de folga significativo. Os dados de 2014 mostram que os gastos com pessoal consolidado alcançaram 50,86% da RCL, ligeiro aumento em relação a 2013 (50,68%), e a previsão para 2015 é de 50,39%.

Os níveis de investimentos em relação a RCL, que não é um indicador de desempenho da LRF, está de acordo com níveis observados em municípios com a mesma faixa populacional, denotando ampla preocupação com a estrutura econômica e social no médio e longo prazo. Em 2014, os investimentos representaram 10,5% da RCL, avançando significativamente em relação ao ano de 2013 (6,3%), e a estimativa para 2015 é de forte alta para 23,1% da RCL. Tais níveis de investimentos em 2014 e 2015 se deve, em grande parte, pela situação de equilíbrio fiscal ao longo dos últimos anos.

O cumprimento de todos os indicadores da LRF, inclusive com folga em relação aos limites determinados, bem como a

situação de adimplente junto a todos os órgãos certificadores são fatores que contribuem positivamente na classificação do *rating*, visto que preserva a condição da política de austeridade fiscal com objetivos de médio e longo prazo.

### INDICADORES FISCAIS DE DESEMPENHO

INDICADORES	LIMITES	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 *
Pessoal e Encargos sociais/Consolidado	< ou = 60% da RCL	51,03%	50,85%	50,08%	48,47%	47,13%	50,68%	50,86%	50,39%
Pessoal e Encargos sociais/Poder Executivo <sup>(3)</sup>	< ou = 54% da RCL	47,92%	47,54%	46,92%	45,52%	46,94%	50,87%	50,91%	50,49%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 120% da RCL	10,29%	-0,82%	8,81%	8,27%	7,89%	3,94%	10,09%	6,39%
Operações de Crédito Interna/Externa	< ou = 16% da RCL	0,00%	0,00%	0,00%	1,54%	0,59%	0,64%	1,45%	0,33%
Vinculações Constitucionais - Educação <sup>(1)</sup>	> ou = 25%	26,00%	27,99%	28,23%	26,37%	27,34%	28,16%	28,06%	25,66%
Vinculações Constitucionais - Saúde <sup>(2)</sup>	> ou = 15%	16,55%	18,64%	19,02%	19,30%	19,72%	18,91%	18,94%	18,16%
Investimentos	% da RCL	7,7%	7,2%	5,1%	5,8%	8,5%	6,3%	10,5%	23,1%
<b>Receita Corrente Líquida (RCL) - em R\$ Milhões</b>		<b>965,4</b>	<b>1.054,3</b>	<b>1.171,3</b>	<b>1.316,4</b>	<b>1.513,0</b>	<b>1.626,9</b>	<b>1.785,8</b>	<b>1.837,5</b>

Fonte: Secretaria de Finanças de Santos, Tribunal de Contas do Estado e Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Austin Rating

(1) Percentual mínimo exigido de 25% da Receita de impostos e de Transferências, conforme art. 212 da Constituição Federal.

(2) Percentual mínimo exigido de 15% da Receita de impostos e de Transferências, conforme Emenda Constitucional nº 29/00.

(3) Cálculo de Pessoal acrescido despesa com PASEP, conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Demonstrativo Audesp

Modelos e Metodologias de Cálculo LRF 2013 - RGF - Apuração da Despesas com Pessoal - Poder Executivo - 2013 - Versão 06.08.2013.

(\*) Dados referentes ao 4º quadrimestre do ano (Jan-Abr)

## 6. INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO

A Prefeitura de Santos tem empenhado esforços para facilitar suas relações com empreendedores, cidadãos e investidores potenciais. Para tanto, a gestão pública tem desenvolvido e implantado diversos programas e projetos que procuram melhorar continuamente o nível de eficiência do aparelho tributário, com ênfase à gestão dos gastos com redução de custos.

A principal ação foi a implantação, em 2003, o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), um programa com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que teve encerramento em 2010. Em dezembro de 2011, o BNDES anunciou o financiamento de R\$ 13,5 milhões para execução da segunda fase do Programa de Modernização da Administração Tributária, Geral e Patrimonial do Município de Santos. Os resultados obtidos foram:

- **Área Tributária:** o investimento na modernização dos equipamentos de informática, principalmente nos serviços técnicos especializados contratados para a implantação dos sistemas que propiciaram importante aumento da arrecadação própria do Município, em que se destacam o Sistema de Gestão do ISSQN, a criação da Base Cartográfica Urbana e a atualização da Planta Genérica de Valores. O sistema próprio de arrecadação de tributos foi aperfeiçoado com o apoio de aplicativos computacionais introduzidos que também fizeram parte do rol de serviços técnicos contratados e que propiciaram avanços relevantes na relação prefeitura / contribuinte, com a automatização de vários procedimentos até então indisponíveis para a comunidade via internet.
- **Área administrativa, contábil e financeira:** a ferramenta implantada contribuiu sobremaneira para adequar os procedimentos orçamentários, contábeis, financeiros e administrativos, até então dispersos e sem integração de dados. Foi importante também na atualização permanente de controles e relatórios, face às constantes mudanças na legislação contábil e fiscal, além das novas obrigações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A prefeitura dispõe em seu portal de internet diversas opções de acesso aos serviços prestados, tanto ao munícipe quanto ao empreendedor, por meio do portal Governo Eletrônico (e-Gov). O portal contempla serviços eletrônicos nas áreas: social, financeira, segurança, jurídica, turismo, comunicação e saúde. Seu objetivo é assegurar maior

transparência e desburocratização dos serviços prestados pelo Município como, por exemplo, emissão de certidões.

### **6.1. PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E SISTEMAS**

- **Programa 100% Digital:** seu objetivo é substituir documentos impressos por documentos digitalizados, adequar a infraestrutura física e tecnológica, intensificar o uso da tecnologia da informação, além de aumentar as garantias de continuidade operacional. Seus benefícios foram: a simplificação da burocracia e dos processos de trabalho, agilização e melhoria dos serviços internos e externos, maior segurança, transparência e sustentabilidade aos processos organizacionais internos da Prefeitura e no relacionamento com os seus colaboradores e cidadãos, além da redução do tempo de tramitação e custos associados à impressão, transporte e armazenamento de documentos e autos processuais.
- **Georreferenciamento das unidades consumidoras:** Programa que promove a autogestão dos processos de pagamentos por meio do controle das contas de consumo (água, energia elétrica e telefonia), a entrega de material padronizado, o controle dos contratos de locação de imóveis e controle de próprios públicos, controle dos contratos de manutenção predial e serviço de segurança, além da realização constante de inventário de equipamentos de informática e bens móveis.
- **Programa de Gestão da Qualidade:** a partir de um sistema de gerenciamento de normas objetiva-se gerar maior eficiência e qualidade nos serviços prestados e na melhora contínua das operações padronizadas.
- **Informações de consumo por meio magnético:** foco do programa é o controle por meio magnético das contas de telefonia e energia elétrica de modo a agilizar os trâmites administrativos e a redução do consumo e gasto com papel, além da contínua melhora das práticas de negócio com as concessionárias de serviços e redução de custos.
- **Portal Gissonline:** destina um espaço de acesso rápido para escrituração eletrônica (online) para empresas com controle e gestão do ISSQN. Essa ferramenta permite o Município introduzir controles de Retenção na Fonte (por Substituição Tributária) evitando a perda de arrecadação e, ao mesmo tempo, orientar as empresas de como proceder corretamente sua escrituração e Declaração do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN).

### **6.2. Sistema de Licitações Eletrônicas (Portal Licitações-e)**

O sistema de licitações eletrônicas é desenvolvido pelo Banco do Brasil que possibilita a realização de licitações, por intermédio da internet, de bens e serviços junto à fornecedores previamente cadastrados. Além da transparência pelo acompanhamento do leilão via internet e a redução de custos com deslocamentos em virtude da distância física, outra importante vantagem é a redução de custos em virtude da disputa entre os fornecedores, em um leilão reverso, para oferecer menor preço pelo serviço licitado.

A adoção de sistemas que buscam o aumento da eficiência administrativa, com racionalização dos recursos, a diminuição da sonegação fiscal via sistemas eletrônicos de controle fiscal e o aumento da transparência da gestão pública, reflete de forma positiva no processo de atribuição do *rating* do Município.

### **6.3. Nota Fiscal Eletrônica**

No dia 26 de maio de 2011, foi assinado o Decreto que instituiu o serviço de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para a substituição da sistemática atual de emissão do documento fiscal, em papel que acoberta as operações com mercadorias entre empresas, reduzindo custos, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

#### **Benefícios**

O Projeto NF-e instituiu mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes, para a sociedade e para as administrações tributárias como, por exemplo:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.

A inovação efetiva no processo de arrecadação e gastos reflete de forma positiva na classificação do *rating*, pois, como já citado nos parágrafos anteriores, tais iniciativas aumentam a eficiência da gestão da arrecadação, inibindo a sonegação e ampliando a agilidade, quanto racionaliza a gestão dos gastos, reduzindo os valores despendidos pela máquina administrativa.

## **7. PLANO DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO**

O principal programa de investimentos da Prefeitura Municipal de Santos para os próximos anos é denominado de “SANTOS NOVOS TEMPOS”.

O programa reúne as políticas públicas de desenvolvimento sustentável com as políticas sociais para combater as desigualdades sociais, complementadas com melhorias da infraestrutura do Município, especialmente voltadas à habitação de interesse social, macrodrenagem, contenção de encostas, sistema viário, urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental na Zona Noroeste e na Zona dos Morros, região com cerca de 100.000 habitantes. Também estão inclusos no programa, projetos de fomento ao desenvolvimento econômico e ampliação da competitividade do município.

Ao todo serão investidos R\$ 549 milhões no período entre 2011 e 2015. Os investimentos serão divididos em três grandes áreas: Macrodrenagem; Habitação; e Infraestrutura. As obras voltadas a macrodrenagem terão participação de 51,4% (R\$ 282 milhões) do total a ser investido no próximo quinquênio. O segmento habitacional demandará 40% dos recursos (R\$ 220 milhões) e o segmento de infraestrutura terá participação de 8,6% (R\$ 47 milhões). As obras de infraestrutura abrangem a melhoria do sistema viário, urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental na Zona Noroeste e na Zona dos Morros.

Para execução desses investimentos o município de Santos, conta com recursos da União, do Estado, recursos próprios do município e financiamento externo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

### **7.1. SANTOS NOVOS TEMPOS – Habitacional**

Na área habitacional o município irá investir aproximadamente R\$ 219,67 milhões. Em 2010, o programa entregou 480 unidades habitacionais e 185 consolidações, beneficiando 665 famílias, que saíram de palafitas para as novas moradias do conjunto Vila Pelé 2.

Considerando-se os empreendimentos já contratados está prevista a construção de 3.412 unidades habitacionais e consolidações com melhorias em 1.772 unidades, beneficiando no total 5.184 famílias, conforme quadro abaixo:

**INVESTIMENTOS NA ÁREA HABITACIONAL**

Áreas dos Empreendimentos	Investimentos (R\$ Milhões)	Habitacionais	Consolidações	Famílias Beneficiadas
- Vila Pelé II	22,99	480	185	665
- Caneleira IV	56,17	680	-	680
- Dique Vila Gilda, Jardim S.Manoel, Prainha do Ilhéu – PAC 1.	69,50	1.108	1.111	2.219
- Dique Vila Gilda, S.Manoel, Prainha do Ilhéu, Tancredo Neves - PAC 2.	71,01	1.144	476	1.620
<b>TOTAL</b>	<b>219,67</b>	<b>3.412</b>	<b>1.772</b>	<b>5.184</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos

**7.2. SANTOS NOVOS TEMPOS – Macrodrenagem**

Na área de macrodrenagem o município projeta investir R\$ 282 milhões nos até 2015. Os investimentos têm em vista a solução definitiva para as enchentes na Zona Noroeste e moradias de risco nos morros.

Do total a ser investido, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD irá financiar US\$ 44 milhões. Em fevereiro de 2010, o município de Santos e o BIRD assinaram um contrato de empréstimo que envolve recursos da ordem de US\$ 88,0 milhões, sendo US\$ 44,0 milhões provenientes do BIRD, e US\$ 44,0 milhões, de contrapartida municipal que faz parte do programa habitacional já mencionado. Os recursos provenientes do acordo entre a Prefeitura e o BIRD serão investidos em projetos de revitalização de áreas portuárias e na macrodrenagem nas áreas da Zona Noroeste.

A União por sua vez, terá participação fundamental na execução dos investimentos em macrodrenagem do município, uma vez que, irá participar com R\$ 170 milhões. Em outubro de 2011, foi assinado o contrato da segunda fase do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), entre a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal, para implantação de sistema de macrodrenagem de águas pluviais e maré que garante a realização de obras no valor total de R\$ 196,04 milhões, dos quais R\$ 170,00 milhões provenientes do referido contrato e R\$ 26,04 referentes a contrapartida da Prefeitura.

Em outubro de 2011 foi assinado outro acordo entre o município de Santos e a Caixa Econômica Federal, da ordem de R\$ 7,54 milhões destinados à atualização do Plano Municipal de Redução de Riscos e a projetos e obras para estabilização e contenção de encostas em áreas de risco, beneficiando 16 morros.

Com relação aos contratos assinados com a Caixa Econômica Federal, as áreas beneficiadas e os empreendimentos a serem realizados relativamente a macrodrenagem e à estabilização de áreas de risco são os seguintes:

**INVESTIMENTOS EM MACRODRENAGEM  
FINANCIADOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

<b>Áreas dos Empreendimentos</b>	<b>Investimentos (R\$ Mil)</b>
Implantação de sistema de macrodrenagem de águas pluviais e de marés em diversos bairros da Zona Noroeste, com a construção de: <ul style="list-style-type: none"><li>- Duas torres de carga na Caneleira;</li><li>- Um reservatório de retenção de água (piscinão) na Caneleira;</li><li>- Quatro estações elevatórias: Rua Eleonor Roosevelt, Caneleira, Av. Francisco Ferreira Canto e Av. Hugo Maia com Av. Jovino de Melo;</li><li>- Duas estações elevatórias com comportas na Avenida Jovino de Melo e no São Manoel;</li><li>- Uma comporta na Av. N. Senhora de Fátima com Rua Pedro Giovanni.</li></ul>	196.037,97
Atualização do Plano Municipal de Redução de Riscos do Município.	330,00
Obras de contenção de encostas em áreas de risco do Município.	6.837,75
Projeto para estabilização de encostas em áreas de risco do Município.	375,00
<b>TOTAL</b>	<b>203.580,72</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos

**7.3. Demais investimentos – Públicos e Privados****7.3.1. Investimentos com Recursos do DADE**

Para o exercício de 2012 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 25,6 milhões provenientes de recursos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE.

O Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE do Governo do Estado de São Paulo tem entre outras atribuições, transferir recursos diretos para a execução de obras e programas ligados ao desenvolvimento do turismo nas cidades reconhecidas como estâncias. Esses recursos dos convênios celebrados com o DADE provêm do Fundo de Melhoria das Estâncias.

A receita que o Fundo disponibilizada para os municípios é composta pela somatória dos Impostos Municipais de todas as estâncias por meio da apresentação de seu DREMU (Declaração de Receita Tributária Própria Municipal). Há também uma dotação oriunda do Governo do Estado no próprio Plano Plurianual. O orçamento que é disponibilizado para cada cidade, anualmente, também varia de acordo com a participação do próprio município na composição do Fundo de Melhoria das Estâncias.

- **Túnel Santos-Guarujá**

O túnel será construído para ligar as duas margens do Estuário de Santos, entre Santos e a cidade de Guarujá. O túnel imerso terá cerca de 900 metros e respeitará uma profundidade mínima de 21 metros, compatível com o projeto de aprofundamento do canal do Porto. A obra foi orçada em R\$ 3,2 bilhões, com R\$ 2,3 bilhões a serem cobertos com financiamento do BNDES e R\$ 900 milhões pelo Estado de São Paulo.

### **7.3.2. Obras com Recursos da União**

#### **▪ Expansão do Porto**

Para os próximos anos estão previstos investimentos públicos e privados de R\$ 21,7 bilhões na expansão do Porto de Santos. Os investimentos públicos envolvem recursos de R\$ 12,7 bilhões provenientes do Governo Federal por intermédio da Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp.

Os Investimentos privados envolvem recursos da ordem de R\$ 9,0 bilhões e compreendem construções, ampliações, equipamentos, remediação e estudos ambientais de diversas empresas arrendatárias.

#### **▪ Hospital dos Estivadores**

A Prefeitura Municipal de Santos formalizou junto ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social a compra do imóvel que abrigou o Hospital dos Estivadores, pelo valor de R\$ 13,4 milhões. A aquisição vai garantir mais vagas à rede do Sistema Único de Saúde – SUS e aprimorar o atendimento aos moradores da Baixada Santista.

A proposta da Secretaria Municipal de Saúde é de que no Hospital disponha de leitos de áreas clínicas e realize cirurgias de baixa e média complexidade. O imóvel tem capacidade para abrigar até 200 leitos, sendo 40 de UTI (Unidade de Terapia Intensiva), 20 UTI adulto e 20 UTI neonatal. Esta prevista ainda uma maternidade engajada no projeto “Rede Cegonha” do Governo Federal.

Os recursos para a reforma adequação do prédio, estimados em R\$ 25 milhões, já estão garantidos junto ao governo do Estado de São Paulo. Os equipamentos hospitalares e o mobiliário estão estimados em R\$ 11 milhões.

### **7.3.3. Museu Pelé**

Previsto para ser inaugurado no final de 2012, o Museu Pelé contará com 2.800 peças que traduzirão toda a carreira do ex-jogador. O investimento previsto é da ordem de R\$ 23 milhões que serão utilizados para a restauração do Casarão do Valongo, construção de 1.867 e localizado no Centro Histórico da cidade.

Da verba total já foram captados cerca de R\$ 13 milhões, sendo R\$ 6 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 3 milhões do Banco Santander, cujo investimento se dará por meio da Lei Rouanet.

## **8. PASSIVOS CONTINGENCIAIS**

### **8.1. Previdência Social**

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Santos – IprevSantos, foi criado pela Lei Complementar nº 592 de 28 de dezembro de 2006 e atua junto aos funcionários de carreira. Possui um conselho composto por 11 membros e seus respectivos suplentes, observados os seguintes critérios: 4 representantes do Poder Executivo, 1 representante da Câmara Municipal, 2 representantes dos servidores municipais ativos, 2 representantes dos servidores estatutários municipais, 2 representantes dos servidores municipais inativos e pensionistas.

O Decreto nº 6.241, de 22 de outubro de 2012, criou o Comitê de Investimentos do IprevSantos, que atuará junto ao Conselho de Administração e órgãos financeiros do Instituto. Vale destacar que os servidores contribuem com alíquota de 12% dos vencimentos incidentes para aposentadoria, e a Prefeitura Municipal de Santos arca com alíquota de 18,49% + 6% de déficit técnico, que é revisada anualmente a partir da atualização do estudo atuarial.

O IprevSantos tem como principal objetivo custear benefícios previdenciários aos servidores municipais, titulares de cargos efetivos, inativos e seus dependentes. Trata-se de uma autarquia, responsável por benefícios como aposentadoria (por invalidez, idade, tempo de contribuição ou compulsória); auxílio doença; salário família; salário maternidade; pensão por morte; auxílio reclusão e abono anual (13º salário).



Em 2014, o Plano Previdenciário do IprevSantos encerrou o ano com receitas da ordem de R\$ 17.983.873,70 e despesas de R\$ 1.394.778,56, resultando em saldo superavitário de R\$ 16.589.095,14. Ou seja, mantida as condições atuais de previsão de receitas e despesas previdenciárias, o IprevSantos anotará o saldo superavitário até o ano de 2032, conforme publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de 2014.

Vale destacar que a estimativa é que o instituto detenha um total de ativo da ordem de R\$ 9,36 bilhões em 2076 em decorrência dos ganhos financeiros, conforme cálculo atuarial, sendo, portanto, perfeitamente coberto qualquer ocorrência de déficit.

Em tempo, é importante informar que está em votação na Câmara o projeto de lei que prevê readequação do percentual de repasse, que passará de 6% para 2%. Como o IprevSantos detém reserva técnica de R\$ 493 milhões, e que esse valor seria atingido somente em 2025, então o instituto tem em caixa quase o dobro do valor necessário para compor essa reserva para pagamentos.

## 8.2. Precatórios

Os precatórios são ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) originadas a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 100, Constituição Federal de 1988), constituídas em processo formado no juízo da execução, às quais não cabem mais recursos, para satisfazer o credor-exequente. Os precatórios podem ser dos seguintes tipos: alimentares (trabalhistas) e outras espécies.

Conforme os valores apurados em Balanço Patrimonial, o saldo de precatórios em 2014 atingiu R\$ 225,75 milhões, apresentando recuo de 0,2% em relação ao ano anterior, que encerrou o exercício com estoque de R\$ 226,17 milhões. O valor dos precatórios representou apenas 12,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2014, anotando recuo em relação ao ano anterior, que havia sido 13,9%.

### SALDO DE PRECATÓRIOS - MUNICÍPIO DE SANTOS

	R\$ milhões						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Saldo de Precatórios (31/dez)</b>	<b>209,86</b>	<b>204,60</b>	<b>221,51</b>	<b>238,03</b>	<b>261,58</b>	<b>226,17</b>	<b>225,75</b>
<b>Var.% no período</b>	<b>4,0%</b>	<b>-2,5%</b>	<b>8,3%</b>	<b>7,5%</b>	<b>9,9%</b>	<b>-13,5%</b>	<b>-0,2%</b>
<b>Proporção da RCL (em %)</b>	<b>21,7%</b>	<b>19,4%</b>	<b>18,9%</b>	<b>18,1%</b>	<b>17,3%</b>	<b>13,9%</b>	<b>12,6%</b>

Fonte: Secretaria de Finanças de Santos - PMS

Elaboração: Austin Rating

Os pagamentos dos precatórios são realizados seguindo as regras estabelecidas na legislação em vigor (Emenda Constitucional nº 62/2009 – EC62), como segue: ordem cronológica, espécie, seqüestro, pequeno valor, valor suplementar, crime de responsabilidade, prazo para liquidação, compensação tributária e intervenção federal.

Assim sendo, como estratégia de amortização e pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, de acordo com as regras do regime especial instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Município de Santos optou pelo depósito mensal, nas contas especiais abertas para este fim, de 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a no mínimo 1% (um por cento) das receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento. Esse procedimento está em conformidade com a forma disciplinada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e com o disposto no inciso I do parágrafo 1.º e no parágrafo 2.º do aludido artigo 97.

Não há prioridade para os precatórios não alimentares. De acordo com o Decreto nº 5.522, de 24 de fevereiro de 2010, os recursos destinados ao pagamento de precatórios serão utilizados da seguinte forma:

- 50 % serão destinados ao pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no parágrafo 1.º do artigo 100 da Constituição Federal, para os precatórios do mesmo

ano, e no parágrafo 2º daquele mesmo artigo, para os precatórios em geral;

- 50% serão destinados ao pagamento à vista de precatórios, em ordem única e crescente de valor

O fluxo de pagamentos anuais de precatórios tem sido abaixo do nível desejado para conter a evolução de seu estoque, assim como no objetivo de reduzir para um valor expressivamente baixo (em relação à receita corrente líquida). Porém, os pagamentos provenientes de ações trabalhistas, assim como de outras espécies não apresentam atrasos, de acordo com a Secretaria de Finanças do Município.

Ressalte-se ainda que, de acordo com o disposto no § 7º, art. 30 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o inciso III, art. 1º da Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal, considera-se como estoque da dívida com precatórios judiciais, a ser contabilizada na dívida fundada dos Municípios, somente aqueles emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que forem inclusos.

- **Emenda Constitucional Nº 62 (EC 62) - Precatórios**

É importante destacar que a partir de 2010, os entes públicos seguiram novo regramento para pagamento de precatórios, conforme determinado pela Emenda Constitucional nº 62 (EC62), aprovada pelo Congresso Nacional e publicada em 10 de dezembro de 2009.

A nova Emenda Constitucional, que disciplina a matéria, estende o prazo de pagamentos dos precatórios vencidos e a vencer em até 15 anos, sendo que a administração da ordem cronológica de pagamentos passa a ser competência dos Tribunais de Justiça dos Estados e não mais dos entes públicos (União, Estados e municípios).

O não pagamento de precatórios, ou pagamento parcial do estoque em nível insuficiente para estabilizar o valor, é ponto importante na avaliação da capacidade de pagamento do Município, visto que essa prática se apoia em decisões judiciais que levam, em média, 10 anos para serem resolvidas, portanto, sem qualquer amparo de fatores técnicos concretos que justifiquem a posição do ente público quanto ao não pagamento.

Nesse sentido, vale destacar que o Município de Santos mantém situação regular quanto à gestão do saldo dos precatórios e o fluxo de pagamento anual, mas muito desejável o avanço no sentido de redução mais significativa do estoque de precatórios, pois esses fatores são importantes no processo de atribuição do *rating*.

## **9. AVALIAÇÃO DE RISCOS**

As condições fiscal e econômica do Município de Santos denotam a consistência da administração pública, mesmo em diferentes ciclos de gestores, sendo refletido no bom desempenho dos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal desde seu início, em 2000.

É importante destacar que a consistência do equilíbrio fiscal é decorrência, em parte, manutenção de servidores de carreira na gestão da Secretaria de Finanças, pois tais fatores permitem a adoção e consolidação de projetos e programas com foco na eficiência da gestão pública em termos de custos e do aparelho tributário em termos de receitas.

O vigoroso crescimento do Município observado nos últimos anos continuará demandando investimentos nas áreas de educação, saúde e infraestrutura básica, incorrendo em desafios para gestão pública e fiscal em atender essas demandas e preservar o atual equilíbrio das contas fiscais no longo prazo, principalmente pelo processo acelerado de migração de empresas dos grandes pólos para a cidade em virtude da exploração mineral crescente, como pelo vigor na utilização dos serviços portuários, tanto para escoamento da produção como para o turismo.

## **Classificação da Austin Rating em Escala Nacional**

<b>AAA</b>	Elevada capacidade para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>AA</b>	Forte capacidade para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>A</b>	Boa capacidade para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>BBB</b>	Capacidade adequada para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>BB</b>	Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>B</b>	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>CCC</b>	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>CC</b>	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>C</b>	Compromissos financeiros encontram-se em <i>default</i> com perspectivas remotas de honrar seus compromissos fiscais e financeiros.

*Os ratings de “AA” a “CC” podem conter os sinais de (+) mais ou de (-) menos para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala.*

**Rating** é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: [www.austin.com.br](http://www.austin.com.br)

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.